



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica

CONTRATO Nº

34/2020

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE OURO PRETO DO OESTE/RO E
EMPRESA GIOVANNA DUTRA CAPILA
PAIXÃO EIRELI – CNPJ:36.526.248/0001-38**

O Município de Ouro Preto do Oeste pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ,04.380.507/0001-7, com sede na Avenida Daniel Comboni, nº 1156, Bairro Jardim Tropical, nesta Cidade neste ato, representada pelo Prefeito Senhor Prefeito **VAGNO GONÇALVES BARROS**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 632.943/SSP/RO inscrito no CPF, 665.507.182- 87, a seguir denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a **EMPRESA GIOVANNA DUTRA CAPILA PAIXÃO EIRELI** Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o **36.528.248/0001-38** nº representada pelo (a) Senhor (a), **GIOVANNA DUTRA CAPILA PAIXÃO**, localizada a rua GETULIO VARGAS 201 Sala-A, BAIRRO UNIÃO, na cidade de Ouro Preto do Oeste/RO portador da Cédula de Identidade R.G. Nº 3108166 SSP/ES, e inscrito no CPF sob o nº 830,203.062-72 denominada **CONTRATADA**, as partes acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado do Chamamento Público, **Edital nº 005/2019** e nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, assim como pelas condições do Edital supra mencionado, pelos termos da proposta da **CONTRATADA** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

I - DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA: O presente Contrato tem por objeto a contratação da **EMPRESA GIOVANNA DUTRA CAPILA PAIXÃO EIRELI** para realização da prestação de serviços médicos Clínico Geral no período diurno e noturno nos dias uteis da semana, finais da semana, finais de semana e feriados, a serem prestados no Hospital Municipal e Unidades Básicas de Saúde, conforme segue:



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica

Especialidade	Valor por hora trabalhada	Plantão de
Medico Clinico Geral	R\$ 71,00	Até 24 horas semanais

II- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA SEGUNDA: A legislação aplicável a este Contrato é a constante da Lei Federal nº. 8.666/1993 e suas alterações e demais disposições aplicáveis, Lei Municipal nº 2601 de 02 de maio de 2019 e Contratos Administrativos, bem como as Cláusulas deste instrumento.

§ 1º Integram este contrato, o Edital de Chamamento Público nº 005/2019, A Lei Federal nº 8.666/93 seus anexos, de cujo inteiro teor as partes declaram ter conhecimento e aceitam.

§ 2º Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA será feita através da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste, Secretaria Municipal de Saúde e responsáveis pelos estabelecimentos de saúde onde os serviços serão prestados.

III- DA SUBORDINAÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS.

CLÁUSULA TERCEIRA: As partes se declaram sujeitas às normas previstas à Lei Federal nº 8.666/93, ao Edital de Chamamento Público nº005 /2019 e a Inexigibilidade às cláusulas expresas neste Contrato.

IV- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA: Constituem obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste Contrato:

- I - Executar os serviços nos dias e horários pré-estabelecidos pelo Departamento de Saúde;
- II - Responsabilizar-se por todos e quaisquer prejuízos causados ao CONTRATANTE durante a vigência do presente contrato, bem como os relativos à omissão pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outras exigências legais inerentes a este instrumento;
- III - Responsabilizar-se por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato;
- IV - Responder, nos termos do art. 18 e seguintes da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade do objeto;



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica

V - Prestar serviços de atenção à saúde com observância aos padrões estabelecidos ou recomendados pelos órgãos de classe e instituições de fiscalização profissional em geral, não praticando qualquer tipo de discriminação no atendimento ou nas técnicas empregadas aos pacientes;

VI - Atender a todos os pacientes no âmbito hospitalar e serviços de apoio ao diagnóstico, seguindo impreterivelmente as normas gerais de ação expedidas pela Direção Técnica;

VII - Prestar esclarecimentos, a qualquer tempo, quanto à prestação de serviços, ao Departamento Municipal de Saúde;

VIII - Desenvolver suas atividades profissionais de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Municipal de Saúde;

IX - Preencher adequadamente todos os documentos constantes no prontuário e os demais solicitados pelo Departamento Municipal de Saúde em meio eletrônico e/ou, com letra legível, devidamente assinado e carimbado;

X - Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;

XI - Obedecer à escala de serviços predeterminada;

XII - Atender os pacientes de forma ética e resolutiva, privilegiando os casos de emergência/urgência;

XIII - Responsabilizar-se exclusivamente em relação a eventuais erros médicos ou procedimentos médicos irregulares praticados.

XIV - Preencher adequadamente todos os registros médicos, conforme procedimentos propostos pela Administração imediatamente após a realização do procedimento ou tão logo sejam possíveis;

XV - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração Municipal, durante a execução do contrato;

XVI - Permitir ao Gestor do Contrato, pelo Município, a fiscalização da sua execução;

XVII - Participar de reuniões quando convocado;

XVIII - Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, tributária, fiscal, comercial, securitária e previdenciária, que resultem ou venham a resultar da execução do contrato a ser firmado entre as partes;

XIX - Manter responsabilidade ética, médica, legal e profissional dos atendimentos prestados;

XX - Comunicar por escrito ao Departamento Municipal de Saúde, no menor espaço de tempo possível, qualquer problema com o equipamento ou com o pessoal para que a Administração possa tomar as providências necessárias;

XXI - Atender todas às exigências estabelecidas no contrato e seus anexos, assumindo inteira responsabilidade pela quantidade e qualidade dos serviços executados;



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica

XXII - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo dos serviços executados;

XXIII- Não transferir a terceiros, no total ou parcialmente as obrigações assumidas no contrato;

XXIV - Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH;

XXV - Cumprir as normas internas e diretrizes estabelecidas pelo Departamento Municipal de Saúde;

V- DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA QUINTA: Constituem obrigações do CONTRATANTE além das demais previstas neste Contrato:

I - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, efetuando os pagamentos de acordo com a cláusula de pagamento.

II - Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução da contratação;

III - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

VI- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA SEXTA: O contratado terá que prestar serviços médicos no período de vigência do contrato, em quantidade, dias e horários estabelecidos na escala médica elaborada pelo Departamento de Saúde.

§ 1º Serão de inteira responsabilidade das empresas contratadas, as obrigações pelos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 2º Serão de inteira responsabilidade das empresas contratadas, os danos causados diretamente aos pacientes, à instituição contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

VII - DA FISCALIZAÇÃO.



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica

Para a fiscalização permanente do objeto deste chamamento, o Município designará Comissão de Fiscalização do Conselho Municipal de Saúde que deverá promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato, e ainda, verificado o descumprimento do contrato, o município nomeará comissão para fins de averiguação e análise do fato para prosseguimento de ações e penalidades necessárias ao cumprimento do contrato.

a) propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas no objeto e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;

b) encaminhar o fato à deliberação superior para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de irregularidades pertinentes a prestação de serviços.

§ 1º A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos;

§ 2º A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

VIII - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS.

CLÁUSULA OITAVA: As despesas decorrentes da contratação deste objeto deste correrão através de dotação específica a saber:

Unidade administrativa	Centro de Custo	Programação financeira	Elemento de despesa	Fonte de recurso
Secretaria Municipal de Saúde	Assistência Hospitalar e ambulatorial	10.305.0033.2045	3.3.90.39.00	FNS/BMAC.
Unidade administrativa	Centro de Custo	Programação financeira	Elemento de despesa	Fonte de recurso
Secretaria Municipal de Saúde	Atenção Básica de Saúde	10.301.0031.2040	3.3.90.39.00	FNS/BATB.

IX- VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica

CLÁUSULA NONA: O valor a ser pago pelos serviços da Contratada é o constante Na Clausula Primeira – Do Objeto.

§ 1º O pagamento pela prestação dos serviços será realizado mensalmente no mês subsequente ao início da prestação dos serviços e será remunerado de acordo com a quantidade de horas trabalhadas, comprovadas mediante a apresentação de folha de presença devidamente assinada com a data e horário de trabalho e abonada pela direção do estabelecimento.

§ 2º O município reterá o valor referente a impostos incidentes sobre os serviços prestados, de acordo com a legislação vigente.

§ 3º O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente indicada pelo credenciado.

§ 4º Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

X- DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período na forma do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, concordando as partes.

XI- PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

§ 1º Advertência, quando a gravidade da inexecução do contrato não justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º Multa moratória de 0,3% por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido no edital até o máximo de 10% sobre o valor da quantidade de horas trabalhada no mês.

§ 3º Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da quantidade de horas trabalhadas, em caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado.

§ 4º Abertura de processo para averiguação do descumprimento do objeto.

§ 5º Pelo descumprimento das demais condições fixadas no Edital e no Contrato e não abrangida pelas alíneas anteriores, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto ofertado, para cada evento, devidamente atualizado.



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica

§ 6º Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo de ampla defesa.

§ 7º As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas se ocorrer caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado, a critério da autoridade competente do Município.

§ 8º Para a aplicação das penalidades previstas, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

§ 9º As penalidades previstas são independentes entre si, podendo as multas serem aplicadas cumulativamente com as demais sanções, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 10º no caso de aplicação cumulativa de sanções, o Ordenador de Despesa do município ao decidir, fará a devida fundamentação para aplicação das sanções cumuladas.

§ 11º O prazo para apresentação de recursos das penalidades aplicadas é de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

§ 12º Após a aplicação de qualquer penalidade, o município comunicará por escrito à Contratada e providenciará a publicação no Órgão Oficial do Município, constando o fundamento legal da punição.

XII- DA SUBCONTRATAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: É vedado à Contratada a subcontratação total do objeto deste Contrato, ou a cessão ou transferência do Contrato, ainda que parcial, para outra empresa, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível das imposições legais e contratuais.

XIII- DA RESCISÃO DO CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77, 78 e 79, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

§ 1º A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrentes deste contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.

§ 2º Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA, previstas no presente contrato.



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica

XIV- DAS ALTERAÇÕES.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O presente Contrato poderá ser alterado, mediante concordância de ambas as partes para ajuste de condições supervenientes que impliquem em modificações nos casos previstos neste edital.

XV- DOS CASOS OMISSOS.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666, de 1993 e demais regulamentos e normas administrativas, e subsidiariamente pelas normas e princípios gerais dos contratos.

Parágrafo Único: O presente contrato não gera vínculo empregatício entre as partes, tendo em vista o caráter autônomo da prestação de serviço, tornando-se desobrigados a contratante por qualquer uma das cláusulas do presente, desde que tenham cumprido integralmente as obrigações firmadas ao término do mesmo.

XVI - DO FORO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Fica eleito o foro da Comarca do CONTRATANTE, no Município de Ouro Preto do Oeste, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Instrumento Contratual em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ouro Preto do Oeste-RO, 00 de março de 2020.



Estado de Rondônia
Estância Turística de Ouro Preto do Oeste
Procuradoria Jurídica



Contratante

CNPJ.



Contratada

CNPJ

Testemunhas: 01 

Assinatura e CPF 592.635.382-00

Testemunhas: 02 

Assinatura e CPF
680.582.042-53

Prefeitura Municipal De Ouro Preto Do Oeste/RO
PROCURADORIA JURÍDICA
PUBLICAÇÃO

DE: 31/03/2020 A 07/04/2020

Kelle Aparecida Lucas dos Santos
Ass. Exe. da Procuradoria Jurídica
Port. 11570

Câmara Municipal da Estância Turística Ouro
Preto do Oeste- RO
Publicação nº 0847
De: 31/03/2020 A 07/04/2020

Maria Teixeira de Oliveira Coelho
Dir. Prot. Arq. Geral e Publicação
Port.0003/GP/CMETOPO/2019